

## **Por uma transição energética mais célere e justa**

A crise climática assume-se, de forma cada vez mais iminente, como uma realidade que ameaça ferozmente a subsistência do Planeta. Simultaneamente, impele-nos, enquanto comunidade, a repensar o nosso modo de vida de forma a que este se torne ambientalmente mais sustentável.

As alterações climáticas, em particular antropogénicas - intimamente ligadas, por exemplo, à elevação dos níveis de poluição, ao gradual aumento da temperatura média global ou à alteração e destruição de ecossistemas - contribuem decisivamente para a criação de um cenário a cada segundo mais dantesco que, por conseguinte, exige respostas ao nível da avassaladora dimensão do problema. Neste sentido, é salutar que se tenha vindo a assistir ao aumento do número de vozes que não só despertam consciências para a necessidade de combater a crise climática como também reivindicam a adoção de medidas concretas alinhadas com estas legítimas pretensões.

Paralelamente, é de louvar o esforço progressivamente mais evidente dos agentes políticos para que as preocupações ambientais sejam colocadas num eixo central da agenda parlamentar, fazendo-as figurar com maior destaque em programas legislativos. Neste sentido, também o Governo Português e o Ministério do Ambiente e Ação Climática se têm posicionado na vanguarda da adoção de políticas de proteção ambiental, o que, cumulativamente, ficou plasmado na declaração de emergência climática. No entanto, esta ação apenas será efetiva se extravasar a sua dimensão simbólica.

A Juventude Socialista desde sempre tem pautado a sua atuação política pela apresentação de soluções para a mitigação e eliminação dos mais prementes problemas de cada época. Deste modo, o combate à crise climática terá necessariamente de ser uma bandeira da nossa estrutura que, mais uma vez, é convocada a colocar-se do lado certo da História perante uma das questões mais centrais do nosso tempo.

Assim, será indispensável que a JS, no quadro da emergência climática declarada, adote uma postura incisiva na exortação para que sejam implementadas medidas mais ambiciosas e em consonância com o sentido de urgência que se impõe. Os subscritores desta moção apelam a que sejam então estudadas formas de garantir que os trabalhadores das centrais termoelétricas com datas de fecho já

anunciadas têm recolocação no setor das energias renováveis, sem prejuízo de lhes ser concedida formação suplementar, ao mesmo tempo que se salvaguardam postos de emprego. Em segundo lugar, será desejável que formas de financiamento público fiquem vedadas a empresas poluentes, de modo a promover confluência de esforços para retardar o colapso ambiental. Além disso, através do presente documento, sugere-se igualmente que se equacione a criação de uma empresa pública de energias renováveis, controlada pelo Estado e que atue em concordância com todos os objetivos definidos. Por último, será fulcral manter e reforçar a aposta em transportes coletivos, designadamente através da criação de uma rede de transportes puramente elétrica, nunca se descurando a necessidade de investir na ferrovia e de consumir a expansão do metropolitano de Lisboa.

Em suma, a JS nunca se poderá esquivar da luta pela justiça climática. É tempo de agir e desenhar o futuro em verdes tons de progresso.